

---

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE  
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 64ª REUNIÃO**

Data: 12 e 13 de junho de 2008

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério da Integração Nacional: Stanley Rodrigues Bastos (stanley.bastos@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Leonardo Lima (leonardo.lima@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Sebastião Domingos de Oliveira (sdogeologo@dnpm.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Marília Carvalho de Melo (mariliamel@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Maurício Gonçalves Lima (mauricio.lima@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins.a@gmail.com)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (joaocarlos.rocha@semarh.se.gov.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (contato@planetaverde.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda (tania.miranda@gmail.com)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Aline Hanriot (ELABORE) – aline\_hb@yahoo.com.br
- Carlos Alberto Martins (CERH / RN) - cmartins.a@gmail.com
- Carlos Frederico S. Menezes (EPE) – frederico.menezes@epe.gov.br
- Carlos José Bezerra de Aguiar (CPRM-AM) – carlos.aguiar@ma.cprm.gov.br
- Célia Regina Bueno Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Cilene de Freitas (ELABORE) – cilene.freitas@elabore.com.br
- Cláudia Ferreira Lima (MMA / SRHU) - claudia.lima@mma.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA/DF) – diogenes\_mortari@yahoo.com.br
- Dorothy Casarini (CETESB) - dorothyc@cetesbnet.sp.gov.br
- Elza de Abreu Costa (Prestadoras) elza.abreu@cesan.com.br
- Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM) - emmanuel.queiroz@dnpm.gov.br

- 51 - Everton Luiz da Costa Souza (OTEPs) - veto@suderhsa.pr.gov.br
- 52 - Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso (MMA / ANA) – fabricio.cardoso@ana.gov.br
- 53 - Flávio Soares do Nascimento (MMA / ANA) – flavio.nascimento@ana.gov.br
- 54 - Gerônimo Rocha (CERH / SP) - geroncio@ambiente.sp.gov.br
- 55 - Humberto José T.R. de Albuquerque (CPRM-RJ) – humberto@rj.cprm.gov.br
- 56 - João Clímaco (ONG) – climaco@uai.com.br (conselheiro)
- 57 - Kamilla Affonso Pacheco (Elabore Consultoria Ambiental) -
- 58 kamilla.80@gmail.com
- 59 - Laestanslaula Sousa da Silva (MMA / SRHU) – laestanslaula.silva@mma.gov.br
- 60 - Luisa Ramos Caetano (ELABORE) – luisa.caetano@elabore.com.br
- 61 - Luiz Gustavo Evelyn (EME) – adj3sais@eme.eb.mil.br (conselheiro)
- 62 - Marcelo Gonçalves Moraes (CONFEA) – marcelomoraespiaui@yahoo.com.br
- 63 - Marcelo Jorge Medeiros (CPRM / MME) - marcelo@df.cprm.gov.br
- 64 - Maria Lorenzza Pinheiro (CERH / PE) - lorenzza.leite@srh.pe.gov.br
- 65 - Michelle Parra de Souza (MME) – michelle.souza@mme.gov.br
- 66 - Miguel Alves Pereira (Pescadores)
- 67 - Moara Silva Norasche (ELETROBRÁS) – moara.morasche@eletrobras.com
- 68 - Paulo Lopes Varela (MMA / ANA) - paulovarela@ana.gov.br
- 69 - Pedro Maury Flores (MMA / ANA) – pedromaury@ana.gov.br
- 70 - Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br
- 71 - Sebastião Vainer Bosquilia (CBH-PCJ) – sbosquilia@sp.gov.br
- 72 - Thais Chueiri (Patri Políticas Públicas) - thais.chueiri@patri.com.br
- 73 - Thereza Christina Pereira Castro (ONGs) - tcspcastro@yahoo.com.br
- 74 - Vânia Lucia Rodrigues (SABESP) – vaniarodrigues@sabesp.com.br
- 75 - Wilson A. Bonança (Irrigantes) - wbonanca@srjundiai.com.br

#### 76 77 **RELATORIA CTPOAR:**

78 Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

#### 79 80 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

81 Às 10h00 do dia 12 de junho do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Sra. Leila  
82 de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 64ª Reunião da Câmara  
83 Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras -  
84 CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente  
85 agradeceu a presença de todos e abriu a palavra. O **Sr. João Clímaco (ONG)**  
86 apresentou o novo representante das ONGs na CTPOAR, o Sr. Cláudio Bedran. A **Sra.**  
87 **Patrícia Boson (Indústrias)** solicitou que antes do início das discussões fosse feito um  
88 minuto de silêncio em memória do Sr. Rodrigo Mاتيولli, consultor da SRHU, pelo seu  
89 falecimento repentino e precoce. Após intervalo passou-se para o item 2 da pauta, ou  
90 seja, [Item 2 – Aprovação da Ata da 63ª reunião da CTPOAR](#). A ata foi aprovada com  
91 alterações. Nesse momento, foi cedida a palavra **Conselheira Patrícia Bóson**  
92 **(Indústrias)**, para comentários sobre os acontecimentos da última reunião do CNRH,  
93 haja vista a rejeição da proposta de resolução que estabelece diretrizes e critérios de  
94 identificação do curso de água principal para a caracterização da rede hidrográfica  
95 nacional com a finalidade de aplicação dos instrumentos da Política Nacional de  
96 Recursos Hídricos, elaborada pela CTPOAR, elaborada a partir de solicitação da CTIL.  
97 Ela explicou que fora a relatora da matéria na Plenária e que por isso pedia desculpas à  
98 CTPOAR por ter falhado na defesa da proposta diante da surpresa que teve com as  
99 argumentações colocadas. Informou que a proposta havia sido rejeitada pela sociedade  
100 não estar amadurecida, bem como os conselheiros que se mostraram sem

conhecimento sobre a matéria, o que facilitou para que o Conselheiro Benedito Braga (ANA) violentamente colocasse sua proposta de rejeição, justificada pela força legal que teria a Resolução ANA nº 399, assim assustados os conselheiros não se manifestaram, configurando-se o interesse da ANA. Disse que a ANA não percebera a vantagem que teria se uma de suas Resoluções estivesse, ratificada pelo CNRH e que nenhum Estado se manifestou, o que novamente a surpreendeu considerando as manifestações destes na CTs, colocando sua importância. Informou que houveram 14 votos contrários, 13 favoráveis e 5 abstenções e por ter sido muito pequena a diferença deveria ter tido recontagem. Ponderou sobre a possibilidade de se colocar novamente em pauta, considerando a importância e sua aplicação, a partir de solicitação dos órgãos gestores. Deixou como reflexão o fato de não ter sido sinalizado nenhum desconforto com a matéria na CTIL por parte do representante da ANA, o que validaria todo o processo de análise. O **Sr. Stanley Bastos (MIn)**, conselheiro suplente, disse ter votado contra a matéria devido não ter compreendido o encaminhamento da mesa para votação. No seu entendimento estaria votando contra a proposta aditiva colocada no art. 3º e que esse entendimento teria acontecido com pelo menos mais três conselheiros, número que talvez alterasse o resultado da votação. Foi então questionado do porque de não ter se manifestado na hora da dúvida. A **Sra. Teresa Lana (Concessionárias)** informou que o conselheiro do segmento votou favoravelmente à matéria e que ponderou sobre o comportamento do conselheiro da ANA. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** disse que essa demanda seria muito importante e exemplificou com o caso da renovação da outorga do Cantareira, quanto a competência, questionamento que foi colocado na CTIL, onde verificaram que a mudança de dominialidade dependeria de determinação do Congresso, o que demandaria tempo. Para tanto essa proposta de resolução seria uma forma técnica que facilitaria a implementação dos instrumentos de gestão, usando o critério de estabelecer o rio principal e não a dominialidade. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadoras)** mostrou-se favorável ao reencaminhamento da matéria. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** disse acreditar que a melhor forma para o encaminhamento da matéria seria pelo Fórum dos Órgãos Gestores, ou os próprios conselheiros pedirem diretamente para o retorno da matéria no Plenário do CNRH ou encaminhar solicitação de parecer à CONJUR quanto a responsabilidade de regulamentar o tema. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** lembrou que o Conselheiro Benedito Braga teria colocado, em sua fala na Plenária, o questionamento que o CNRH estaria fiscalizando suas ações, o que em sua opinião não apresentaria problema, pois o CNRH seria o órgão máximo desse sistema. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** disse que mesmo participando de toda a elaboração da proposta de resolução o entendimento da ANA foi sempre contrário a necessidade de uma Resolução do CNRH, haja vista a existência da Resolução da ANA. A **Sra. Marília de Melo (CERH/MG)** disse que acreditava ser possível uma manifestação do Fórum para o retorno da matéria. Comentaram ainda da necessidade de adequação do regimento interno quanto a previsão de retorno de matéria. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadoras)** disse acreditar que o melhor encaminhamento para o retorno da matéria seria por solicitação dos conselheiros. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** esclareceu que o encaminhamento da matéria deveria ser bem sustentado legalmente. O **Sr. Stanley Bastos (MIn)** disse que deveria existir a manifestação da CONJUR, pois a dúvida fora colocada e persistiria, mas que deveria se falar com o Sr. Márley Caetano para verificar a melhor forma. A **Sra. Simone da Silva (CERH/PE)** comentou que esse fato estaria acontecendo devido a representatividade não estar funcionando. Ponderou sobre a possibilidade de uma moção induzindo o retorno da matéria. Encaminhando a matéria a **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** esclareceu então que seria realizado, por todos os membros da CTPOAR, um trabalho junto aos seus conselheiros, ao Fórum dos

Órgãos Gestores e ao Sr. Márley Caetano quanto a melhor forma de reencaminhamento da matéria. [Item 3 - Análise da proposta de resolução encaminhada pela CTAP, que “Estabelece diretrizes e critérios para a deliberação prevista no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”, conforme Ofício nº 004/2008/CTAP/CNRH/MMA.](#) Para introdução do assunto acordaram pela leitura do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, das competências da CTAP, da Resolução CNRH nº 8, de 2000 e na sequência passou-se para a leitura geral do texto, sem interrupção, buscando o entendimento geral da proposta de resolução. Após a leitura foi aberto espaço para as manifestações. **O Sr. Leonardo Mitre (ANA)** registrou posicionamento contrário à proposta apresentada, principalmente por considerar que o texto não respondia a maior dúvida existente, quanto ao inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, ou seja, quais seriam os tipos de empreendimentos a serem analisados pelo CNRH, por ser inimaginável que todos os empreendimentos, independente de tamanho e impacto, passassem por este Conselho, haja vista que todo empreendimento traz impacto, devido à mecânica dos fluídos. Disse ainda que a proposta se restringia a estabelecer alguns procedimentos administrativos, somente complicando e não resolvendo o problema de interpretação que o art. 35 traz consigo, burocratizando o processo. Finalizou questionando a repercussão da proposta de resolução para a CTAP, Secretaria Executiva e CNRH. **O Sr. Erivelto Silveira (Saneamento)** disse que a proposta limitava-se a estabelecer procedimentos e que no mínimo deveria ser suprimida a palavra “diretrizes”, pois o texto não teria esse propósito. Informou que a proposta de resolução fora repassada para os técnicos da SANEPAR que não apresentaram contentamento com o texto. **O Sr. Sebastião de Oliveira (MME)** comentou que pela sua interpretação seriam realmente todos os empreendimentos que estariam sendo analisados pelo CNRH e que, sabendo do âmbito de atuação do CNRH, respeitadas todas as instâncias de negociação existentes no SINGREH não necessitaria estar escrito na proposta de resolução a expressão “extrapolem o âmbito dos Estados...”. Sugeriu que fosse definido, na proposta, as repercussões dos empreendimentos, criando parâmetros para serem analisados pelo CNRH. **A Sra. Leila Carvalho (CERH SP/RJ)** falou que pela sua interpretação todas as obras hidráulicas de médio a grande porte, assim como reversões inter-bacias, viriam para a CTAP, sendo isso uma gama enorme de projetos. Sugeriu que a definição dos empreendimentos a serem analisados fosse melhorada no sentido de classificar, conforme o impacto nos recursos hídricos, para tanto necessitando de mais critérios. **A Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** esclareceu que a proposta de resolução estaria retornando com os mesmos vícios do texto apresentado em 2004, quando foi arquivada pelo CNRH e que o art. 35 teria sido colocado pelo legislador somente por causa da transposição do rio São Francisco. Disse que deveria existir a definição dos projetos a serem analisados. Falou que deveriam ser somente os empreendimentos onde tivesse se instalado um conflito, mas depois de terem sido analisados no âmbito dos estados e assim estes se manifestariam buscando o parecer do CNRH, que ponderaria o conflito. Falou que haveria uma distorção de interpretação do art. 35 e que estaria sendo utilizada para justificar a existência da CTAP, que necessitaria de uma capacitação considerável para analisar esses projetos. Comentou que essa proposta de resolução seria absolutamente perigosa para o CNRH, considerando a base técnica necessária para a análise de um projeto, sendo que no texto a deliberação do CNRH antecederia o parecer da ANA ou dos órgãos estaduais. Lembrou, a todos, o caráter político que esse Conselho possui. Questionou o significado da expressão “aspectos relevantes” e “qualquer conselheiro”, a forma de enquadramento de projetos e o responsável pelo registro do projeto no CNRH. Ainda questionou o envolvimento das demais Câmaras Técnicas, conforme as

peculiaridades dos empreendimentos, se mostrando contrária a forma do texto da proposta que limita as análises a CTAP e CTIL. Ponderou sobre o cuidado que se deve ter para que as análises de projetos, envolvendo recursos hídricos, não se tornem um procedimento de EIA/RIMA, principalmente quanto aos prazos, pois se estes forem somados causaria uma paralisação no país, aumentando o custo Brasil. Alertou para que os defeitos do SISNAMA não fossem trazidos para o SINGREH, como excesso de prazos, de análises e de burocracia e que fosse repensado o papel da CTAP, por estar sendo considerada recursal do licenciamento ambiental, mesmo sabendo que todos têm o direito de se manifestar, mas nas instâncias e sistemas corretos. O **Sr. Sebastião de Oliveira (MME)** lembrou a todos que essa proposta de resolução seria conhecida como “Jaison”, sendo um pouco mais inteligente a versão atual, por ter sido dividida em duas propostas de resolução, específica para cada inciso e entendia o propósito da minuta estar sob análise da CTPOAR por estar relacionada com o processo de análise da outorga de direito de recursos hídricos desses projetos, sendo esta uma estratégia sábia e que caberia as articulações no âmbito da CTAP. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** advertiu sobre o cuidado que deveria se ter para o CNRH não ferir as competências dos Conselhos Estaduais, autoridades outorgantes e órgãos licenciadores. Ponderou ainda sobre o papel dos comitês na tomada de decisão. O **Sr. Sebastião Bosquilia (Comitês)** disse ser desnecessária a proposta de resolução por entender que o procedimento para dirimir conflitos já estaria explícito para todos dentro do SINGREH e que isso deveria ser fortalecido, a partir de sua descentralização. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadora)** ressaltou a dificuldade que o setor de saneamento teria quanto esse novo procedimento, considerando a característica cíclica que os investimentos desse setor sofre, acumulando projetos em determinados anos, devendo ser minimizadas as burocracias para a implementação desses projetos, considerando que o período consumido por essa burocracia atrasaria a sua instalação, contribuindo para a depreciação da qualidade das águas. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** considerando que no texto existia uma interface com os procedimentos de outorga, sugeriu que estes fossem tratados a partir de possíveis conflitos de uso ou interferências nos recursos hídricos, aspecto este sempre observado nestas análises pelas autoridades outorgantes. A **Sra. Teresa Lana (Concessionárias)** disse que a proposta de resolução estaria tirando o poder das autoridades outorgantes, afinal mesmo sem saber o posicionamento desta autoridade, o CNRH daria o seu parecer, cabendo a reflexão que este poderá ser contrário ao posicionamento da autoridade outorgante, por competência o responsável pelas análises, o que foi ratificado pela **Sra. Simone da Silva (CERH/PE)**, **Sr. Maurício Lima (CERH/BA)** e **Sra. Marília de Melo (CERH/MG)** que complementou informando que em Minas Gerais os comitês deveriam aprovar os projetos, mas que estes não teriam condições técnicas para tanto. O **Sr. Stanley Bastos (MIn)** registrou ser favorável a diminuição da burocracia, sendo contrário a forma da proposta de resolução. O **Sr. Nelson Filho (Irrigantes)** disse que na proposta de resolução estaria faltando critérios e por isso abriria uma gama de indefinições o que prejudicaria o processo. A **Sra. Tânia de Miranda (OTEP)** comentou que não seria competência da CTAP escrever a norma em si, mas sim determinar os critérios e que para tanto verifica-los a partir dos conflitos, o que ficaria mais claro. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)** refletiu sobre a repercussão do texto dessa proposta que se apresentaria muito vaga, mas que se preocupava com a dificuldade em listar as obras, contudo não deveria ser perdida a oportunidade de esclarecer o interdireito desse artigo da Lei nº 9.433, de 1997. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** questionou o porquê dessa “arma” ainda não ter sido utilizada, principalmente quanto ao projeto da transposição que tanto apresenta conflitos no comitê de bacia. Sugeriu que fossem suprimidos os artigos determinados no Ofício, com

isso o texto da proposta de resolução ficaria sem encadeamento lógico. Encaminhando a matéria acordaram pelo envio de ofício resposta onde apresentariam as dúvidas e sugestões colocadas na reunião, bem como a explicação quanto não terem sido analisados os artigos definidos no Ofício, devido ao questionamento do mérito que antecede a análise de qualquer texto legal, que fossem recuperadas as atas do CNRH que trataram do tema para seguirem anexas ao ofício, que este fosse enviado também a CTIL, com intuito de informar o desagrado da CTPOAR com o texto da proposta de resolução e o indicativo da necessidade de uma proposta de resolução para a regulamentação dos incisos II e III do art. 35, mas limitada a esclarecer a interpretação desses incisos em um ou dois artigos. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** se manifestou contrário considerando o respeito ao princípio dos usos múltiplos, o que revelaria a necessidade de regulamentação do inciso em questão, sendo esta a oportunidade para legitimar o trabalho da CTAP dentro de um conjunto de análises e avaliações de projetos, observados os princípios legais. Registrou que as ONGs viam com bons olhos a proposta de resolução e rogou que a CTPOAR verificasse a proposta de resolução com esses olhos, o que não foi acatado, pois estariam considerando que as autoridades outorgantes não observariam os princípios da Lei. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** ratificou que o problema estaria no mérito da proposta de resolução que estaria limitada a definir procedimentos administrativos e que esta não seria necessária, pois quando da instalação de conflito entre usuários já estariam definidas as instâncias de negociação. Esclareceu que o não atendimento dos usos múltiplos seria conflito, podendo vir a CTAP, caso não tenha sido minimizado nas instâncias inferiores do SINGREH. O intervalo de almoço aconteceu das 11h58 às 14h06 quando a reunião passou a ser conjunta com a CTAS, para tratar do [item 4 - Análise da proposta de resolução encaminhada pela CTIL, que “Estabelece mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro”, conforme Ofício nº 15/2008/CTIL/CNRH/MMA](#). Nesse momento foi passada a palavra ao presidente da CTAS, **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEP)** que desejou boas vindas a todos e iniciou fazendo uma apresentação sobre o histórico da proposta de resolução. Esclareceu que a CTIL teria tido o entendimento da necessidade da matéria ser apreciada pela CTPOAR, assim os presidentes acordaram por uma reunião conjunta que otimizaria o processo. Continuou sua apresentação ressaltando as ações realizadas pela CTAS, principalmente a análise de resoluções correlatas, como a Resolução CNRH nº 15, nº 22 e a complementariedade tratada nessa proposta de resolução. Destacou as três escalas de delimitação de espaços físicos de proteção, sendo: as zonas de proteção das áreas de recarga, as áreas de restrição e controle e os perímetros de proteção de fonte de abastecimento todas acarretando na restrição de uso e ocupação do solo. Ressaltou as interações das águas superficiais e subterrâneas e a rede de monitoramento, sempre vista em segundo plano. Comentou sobre a interface existente com a proposta de enquadramento de águas superficiais e o alinhamento com a Resolução CONAMA nº 396, que foi publicada no decorrer da elaboração dessa proposta de resolução. Destacou a realização de reunião da CTAS onde o GT do CONAMA foi convidado a participar, para esclarecimentos e aprimoramento de ambas as propostas. O **Sr. Sebastião Oliveira (MME)** perguntou quais seriam os artigos que a CTIL teria apontado como afetos a CTPOAR. A **Sra. Dorothy Casarini (CTAS - CERH/SP)** informou ser os arts 9º e 12. A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR - CERH/SP)** disse que não daria para se fazer a análise pontual, considerando o rebatimento do tema em outros instantes e instrumentos. A **Sra. Patrícia Boson (CTPOAR - Indústrias)** prestou esclarecimentos sobre suas sugestões/dúvidas, conforme anexo I, onde questiona o art. 6º da Resolução CNRH nº 22 e a correlação com a proposta de resolução, sugerindo a adequação do texto ou sua



301 revogação e também questiona o art. 12 da minuta de resolução que trata de um assunto  
302 não afeto à proposta, não havendo prejuízo em excluí-lo, porque já haveria esse  
303 comando na Resolução CONAMA nº 396, ou então deverias ser mudado o texto,  
304 apontando o agente. A **Sra. Dorothy Casarini (CTAS-CERH/SP)** defendeu a  
305 manutenção do art. 12, mas concordou que ele estaria solto, ficando sua revisão como  
306 proposta para a CTAS. Continuou explicando que a proposta de resolução teria três  
307 momentos: tratando de áreas de proteção; áreas de restrição e monitoramento. O **Sr.**  
308 **Everton Souza (CTAS-OTEPs)** esclareceu que a proposta de resolução não  
309 apresentava mecanismos e critérios, precisando de adaptação em sua ementa. A **Sra.**  
310 **Dorothy Casarini (CTAS-CREH/SP)** disse concordar, mas que estaria se perguntando  
311 qual seria a palavra que agradaria, estando em dúvida quanto diretrizes ou  
312 procedimentos. Acordaram então pela leitura direta do texto da proposta de resolução, e  
313 na sequência seriam apresentadas às propostas a serem avaliadas e posteriormente  
314 adaptadas pela CTAS ou esclarecidas as dúvidas, iniciando diretamente no art. 1º. O **Sr.**  
315 **Everton Souza (CTAS-OTEPs)** disse que a metodologia do trabalho seria ouvir e  
316 entender as idéias das contribuições da CTPOAR e posteriormente a CTAS elaboraria  
317 as modificações na proposta de resolução, aperfeiçoando-a, o que otimizaria o tempo de  
318 reunião com a CTPOAR, garantindo a análise de toda a proposta. O **Sr. João Carlos**  
319 **(CTPOAR-CERH/SE)** sugeriu uniformização da terminologia em toda proposta de  
320 resolução, merecendo uma leitura cuidadosa. Questionou qual seria a definição de área  
321 de proteção. O **Sr. Erveton Souza (CTAS-OTEPs)** esclareceu que seriam áreas de  
322 recarga regional, já as áreas de uso restritivo seriam aquelas mais detalhadas, mas que  
323 foram utilizadas as duas áreas por não ser possível uma condição de restrição a todos os  
324 perímetros em torno da captação. Discutiram então: sobre o papel dos municípios na  
325 execução das diretrizes, haja vista a correlação existente entre água subterrânea e o uso  
326 e ocupação de solo, a luz da Constituição Federal, sobre a eficácia da proposta de  
327 resolução junto aos órgãos ambientais e a necessidade destes se relacionarem com os  
328 municípios, bem como os órgãos de recursos hídricos; sobre os procedimentos dos  
329 estados serem mais restritivos que os colocados na proposta de resolução em questão,  
330 revendo suas normas; sobre a necessidade de se conceituar alguns termos existentes na  
331 proposta, como as “áreas”; sobre a capacidade de fiscalização que os órgãos gestores  
332 teriam junto a essas “áreas” e o cuidado com o mundo ideal e não o possível; sobre a  
333 definição de ecossistemas de importância relevante e onde esta deveria ser apresentada,  
334 no caso a sugestão seria no Plano da bacia; sobre a fusão dos arts. 2º e 3º; sobre os  
335 responsáveis pela elaboração dos estudos, ora pelo órgão gestor ora pelo empreendedor,  
336 sendo submetido a análise e aprovação do órgão gestor; sobre o cuidado de tal ação ser  
337 função pública e estratégica, devendo ser definidos os tipos de estudos que seriam  
338 obrigação do órgão gestor, e sua disponibilização; sobre a definição de escala de estudo  
339 por estar associada a escala do problema, sendo a realidade nacional o uso da escala  
340 1:1.000.000, inadequada para determinados estudos e conflitos, devendo o Estado  
341 promover o aprimoramento dessa escala; sobre a possibilidade de se agrupar em um  
342 único artigo todos os estudos citados na proposta de resolução, sendo esclarecido a  
343 inadequação diante da lógica compartimentada construída do documento; sobre a  
344 adequação de um termo que compreendesse o abastecimento público, doméstico e  
345 coletivo; sobre a exigência de dispositivo de monitoramento nos poços, quanto ao  
346 comportamento do nível, sua viabilidade e aplicabilidade, seu custo em poços já  
347 instalados, o que se justificaria por promover o acesso a informação durante visitas;  
348 sobre a possibilidade de outorga para recarga de aquífero, não prevista na Lei nº 9.433,  
349 de 1997, podendo ser interpretada como interferência nos recursos hídricos, assim sendo  
350 passível de outorga, necessitando ser clarificada a regulamentação da recarga de

351 aquífero, diante do perigo que existe nesta ação, cabendo tal regulamentação também  
352 para outras situações, como injeção artificial. Finalizados os comentários, o presidente  
353 da CTAS agradeceu as contribuições e enalteceu a troca de experiências que ocorrem  
354 durante reuniões conjuntas. A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)**  
355 interrompeu a reunião às 18h, ratificando sua continuação no próximo dia a partir das  
356 09h, para a discussão conjunta com a CTAS do item 5. A reunião foi reiniciada no dia  
357 13 de junho às 09h36. [Item 5 - Análise da proposta encaminhada pela representante do](#)  
358 [MME, referente a proposta de Resolução que “Dispõe sobre procedimentos gerais para](#)  
359 [o enquadramento de corpos de água de uma bacia hidrográfica e dá outras](#)  
360 [providências”](#). A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** rememorou o acordo  
361 feito na última reunião da CTPOAR, onde o MME enviaria sugestões até o dia 15 de  
362 maio, devendo ser encaminhada aos membros da CTPOAR no dia 16, o que foi  
363 concretizado no dia 21 de maio, sendo que, conforme as mudanças, a proposta não  
364 retornaria a CTPOAR e seguiria para a CTIL, mas como a CTIL não se reuniu nesse  
365 período, achou-se por bem uma análise das propostas do MME no âmbito da CTPOAR.  
366 Informou que recebeu consulta telefônica quanto a possibilidade da CTAS também  
367 discutir a proposta de resolução, ocasião que ressaltou que a CTPOAR havia tentado  
368 utilizar expressões que coubessem para o enquadramento das águas subterrâneas e  
369 superficiais, mas que CTAS acreditava precisar de melhorias. O **Sr. Everton Souza**  
370 **(CTAS-OTEPs)** disse que não se deveria perder essa oportunidade, de revisão da  
371 Resolução CNRH nº 12, para o tão desejado enquadramento das águas subterrâneas,  
372 mas entendia a ansiedade em concluir os trabalhos, para tanto necessitaria da CTAS se  
373 esforçasse na análise da proposta, buscando detalhá-la. Falou que numa primeira leitura  
374 já haviam contribuições, considerando as Resoluções CONAMA nºs 396, 357 e a  
375 Resolução CNRH nº 22. O **Sr. Cláudio Bedran (CTPOAR-ONGs)** disse possuir  
376 considerações, mas que as colocaria oportunamente, conforme apresentadas no Ofício  
377 enviado. A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** abriu a palavra aos membros,  
378 para discutir apenas o encaminhamento, pois se percebeu que com pequenos ajustes, a  
379 inclusão de alguns itens em diagnóstico e prognóstico e com a citação das diretrizes  
380 para enquadramento que vem da Resolução do Conama, rapidamente seria possível a  
381 conclusão do trabalho da CTAS, ficando assim mais completa a proposta de resolução.  
382 O **Sr. Leonardo Mitre (CTPOAR-ANA)** disse que os procedimentos existentes na  
383 proposta caberiam para água subterrânea também, necessitando de poucos ajustes. O **Sr.**  
384 **Sebastião Oliveira (CTPOAR-MME)** ponderou que não se deveria ter pressa para  
385 concluir os trabalhos, mas alcançar a melhor forma, a ser colocada até na próxima  
386 reunião. A **Sra. Patrícia Boson (CTPOAR-Indústrias)** enalteceu a iniciativa da  
387 CTAS, considerando ser o caminho correto para uma gestão integrada. A **Sra. Leila**  
388 **Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** disse que para otimizar a discussão, a CTAS poderia  
389 analisar o texto, encaminhar as contribuições para próxima reunião da CTPOAR,  
390 ocasião em que um período da reunião seria conjunto. O **Sr. Everton Souza (CTAS-**  
391 **OTEPs)** ratificou que a CTAS estaria tratando de procedimentos mínimos referentes a  
392 água subterrânea, para compor a proposta de resolução, considerando a integração dos  
393 procedimentos. Aproveitou também para comentar sobre a possibilidade de criação de  
394 um GT entre a CTAS e a CTPOAR, juntamente com representantes dos estados onde se  
395 encontra o Aquífero Guarani, com objetivo de discutir procedimentos de outorga para  
396 este aquífero, bem como a implementação de um banco de dados. A **Sra. Leila**  
397 **Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** ponderou se este não seria uma peculiaridade  
398 regional, não cabendo ao Conselho tratar desses procedimentos e questionou a forma  
399 com que esse tema seria encaminhado, haja vista as críticas que os Conselheiros estão  
400 colocando contra a entrada de temas para discussão no CNRH, devendo o tema ser



apresentado por um Conselheiro e o Plenário decidiria sobre a prioridade de discussão. A **Sra. Patrícia Boson (CTPOAR-Indústrias)** questionou a sustentabilidade jurídica que o CNRH teria para tratar do tema, considerando a dominialidade dos estados e a forma de deliberação, pois o ideal seria uma Nota Técnica. Disse que estando esses questionamentos respondidos ficaria mais confortável para as CTs discutirem a matéria, sem que a CTIL rechaçasse a proposta após horas de dedicação. A **Sra. Dorothy Casarini (CTAS-CERH/SP)** comentou não ter compreendido a demanda, necessitando de maiores esclarecimentos e objetivos, para efetivar a discussão. O **Sr. Gerônimo Rocha (CTAS-CERH/SP)** esclareceu que se tratava de um projeto de 5 anos, denominado Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, cuja uma das metas é alcançar um sistema de gestão compartilhada, objetivando a gestão dessa grande unidade, haja vista o desnível entre os órgãos gestores junto aos procedimentos básicos, exemplificou com o desaparelhamento existente entre os órgãos. Disse que a hipótese seria de que essas duas CTs pudessem trabalhar uma recomendação, com os procedimentos básico, o que ajudaria os estados a atuarem no mesmo patamar unificando procedimentos nos 8 estados do Brasil, fortalecendo a proposta de unificação também junto aos demais países, por estar consolidado no Brasil. Isso também criaria uma lista de procedimentos básicos, sendo especial para o aquífero Guarani, mas que poderia ser adotada para qualquer aquífero e Estado. Comentou sobre a existência de uma meta que, até o final do ano, fosse apresentada alguma proposta pelo Brasil quanto a temática, por isso seria razoável um GT, supervisionado pelas CTs para a elaboração desse documento. O **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEPs)** ressaltou a necessidade de se definir a forma de deliberação mais adequada e de conhecimento e utilização pelos estados. Exemplificou, citando que o SISAG, onde o ideal seria sua utilização junto aos procedimentos mínimos para a outorga. A **Sra. Dorothy Casarini (CTAS-CERH/SP)** disse que necessitaria ser melhor discutida a forma de encaminhamento e o instrumento específico para o aquífero Guarani, porque não seria uma Resolução que mudaria os procedimentos nos estados. O **Sr. Cláudio Bedran (CTPOAR-ONGs)** questionou a legalidade do GT para tratar de aquífero e o respeito que se deve apresentar com biomas e peculiaridades locais. O **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEPs)** sugeriu que essa discussão fosse levada para a SRHU, coordenadora geral do projeto, onde esta avaliaria a demanda e podenraria sobre o encaminhamento para o CNRH, já observados os questionamentos colocados, assim haveria uma discussão mais amparada. O **Sr. Maurício Lima (CTPOAR-CERH/BA)** ressaltou que ninguém seria contrário a discussão e ao mérito, contudo seria uma questão de legalidade, haja vista a autonomia dos estados, sendo complicada a uniformidade de procedimentos, considerando as especificidades de cada estado, mas que deveriam existir métodos de proteção de fontes. O **Sr. Sebastião Oliveira (CTPOAR-MME)** também questionou a demanda quanto a elaboração de uma resolução, de qualquer forma esta deveria vir do Plenário. Ainda questionou a aplicação das resoluções do CNRH, sendo também uma das tarefas das CTs. A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** completou dizendo que essa ação seria de competência da Secretaria Executiva do CNRH. O **Sr. Gerônimo Rocha (CTAS-CERH/SP)** informou já havia acordado que o Coordenador do Projeto que iria formalizar o encaminhamento da demanda, mas que pelo que parece não havia sido feito, por algum motivo, o que foi acatado pelos representantes dos estados que estavam na última reunião do projeto. A **Sra. Patrícia Boson (CTPOAR-Indústrias)** disse que esse assunto sempre a incomodou em não estar no CNRH e ponderou se seria possível discutir com o Coordenador uma forma desse tema ser recepcionado pelo CNRH, não somente de forma tangente, para que todos fiquem a par deste projeto que possui como

um dos objetivos a gestão compartilhada. Questionou qual seria a CT para melhor recepcionar esse tema no CNRH, mas acreditando ser a CTPOAR pela integração de procedimentos e a CTPNRH porque o Aquífero está citado no Plano. A **Sra. Cláudia Lima (CTAS-SRHU)** esclareceu que o Brasil fora o único país a discutir o assunto nos estados como uma forma de ampliação do conhecimento, onde se criou uma unidade do projeto por isso devendo ser o Brasil o país a abrigar esse GT, criando um marco legal, não sendo impositivo, afinal teria a participação social. Disse que o grande mérito do projeto foi fazer com que o aquífero se tornasse conhecido e discutido. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** lembrou que todo esse trabalho estaria no contexto do Tratado da Bacia do Prata, que possui um Comitê Intergovernamental, existindo várias tratativas internacionais. A **Sra. Dorothy Casarini (CTAS-CERH/SP)** afirmou que ninguém estaria questionando a importância do projeto, que possui financiamento próprio e que estaria caminhando para sua finalização, contudo devendo ser clarificado que o assunto não deveria ser tratado no âmbito de CTs, portanto devendo ser levado ao CNRH, mesmo que a demanda tenha sido feita a CTAS e CTPOAR, que apontará os encaminhamentos nacionais. Disse que os outros países não criaram unidades de gestão por serem menores que o Brasil, fazendo sua tarefa, em função da importância desse sistema aquífero para o país. Nos comentários finais o **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEPs)** disse ser esse o melhor encaminhamento, ou seja, a partir do coordenador nacional do projeto no Brasil, verificar a forma de ser apresentado para o CNRH a ponto de gerar a necessidade de criação de um GT, em verdade a intenção era trazer a discussão que foi válida. Complementando a **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR-CERH/SP)** informou que a ANA estaria convocando todos os estados para um encontro técnico no início de julho, sobre outorga e cadastro, apesar da existência de diretrizes para outorga no país como um todo e que se esperava o estabelecimento de alguns critérios a mais, o que demonstrava a preocupação constante que os estados possuem no aprimoramento dos critérios, e a existência de vários fóruns que poderiam tratar desses critérios mínimos não necessariamente do CNRH. Ainda comentou sobre o problema de sistematização e disponibilização de informações que não dependeria de uma resolução do CNRH, e sim do SNIR, a partir da ANA e da SRHU que estimulariam os estados para consolidação desse instrumento. O **Sr. João Carlos (CTPOAR-CERH/SE)** para reforçar o assunto lembrou da existência do SIAGAS e que o Sistema do Aquífero fosse compatível com ele. A **Sra. Cláudia Lima (CTAS-SRHU/MMA)** esclareceu que os estados já estariam compatibilizando seus procedimentos com o SIAGAS, com intuito de migrar seus bancos de dados, aproveitando o que já estaria pronto. O **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEPs)** agradeceu novamente o espaço de debate e as contribuições valiosas e solicitou que a CTAS se retirasse para continuar sua reunião, bem como a CTPOAR que ainda possuía grande demanda a ser tratada. Desejou um bom trabalho a todos. Deu-se continuidade à reunião da CTPOAR, com a discussão do mesmo item de pauta, contudo considerando as modificações encaminhadas pelo MME, para tanto a palavra foi passada para o **Sr. Carlos Frederico (EPE)**. Ele explicou que o setor elétrico estava com a intenção de colaborar com o processo, apontando o cuidado com as centenas de reservatórios existentes no país e a aplicação da proposta de resolução no mosaico de um rio composto por reservatórios que adquirem características específicas como a circulação e zonação. Comentou sobre a necessidade de observar o reservatório para enquadrá-lo como tal e não como um trecho de rio, pois se assim fosse feito, ficaria na tangência do enquadramento. Chamou a atenção sobre os planos que o setor possui e que precisariam ser observados evitando problemas com o empreendedor. Questionou pontualmente o artigo da proposta referente ao prognóstico, onde parecia estar limitada a competência de elaboração ao comitê, contudo esclareceram que era um equívoco de

entendimento, pois o art. 8º minimizaria tal dúvida, mas que poderia ser novamente redigida para evitar dúvidas. Quanto ao art. 9º, sugeriu modificações para minimizar o impacto do texto, o que foi acatado por todos. No art. 10º disse que seria muito significativa a mudança para o setor elétrico em seus procedimentos junto aos leilões, bem como aos empreendedores que precisariam de segurança política e jurídica, apresentando definições na fase do leilão e complementou dizendo que não seria possível modificar situações desse tipo nem na renovação da outorga, devendo tudo estar definido na reserva de disponibilidade hídrica, ato que antecederia o leilão. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** contestou afirmando que se na bacia não houvesse plano e enquadramento tudo poderia mudar com a sua elaboração. O **Sr. Carlos Frederico (EPE)** voltou a colocar suas ponderações, agora quanto ao art. 14 que trata da periodicidade, afirmando ser uma “apologia à preguiça”, sendo o comentário somente um alerta para se trabalhar buscando o enquadramento. Sugeriu a supressão do art. 16, considerando a irrealidade de afirmar que os corpos de água seriam classe 2, incluindo os reservatórios não enquadrados. Nesse momento os representantes das ONGs manifestaram favoravelmente a supressão. Contudo membros da CTPOAR explicaram sobre a necessidade de sua manutenção, considerando exigências de financiamento de obras. Quanto a definição em classe 2 ponderaram ser uma tendência conservacionista. O **Sr. Stanley Bastos (MIn)** disse que os reservatório deveriam passar por um processo diferenciado de enquadramento. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)** disse que rios intermitentes e reservatórios seriam casos particulares. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** e o **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** comentaram ter dúvidas quanto ao destaque somente para reservatórios, haja vista as cachoeiras, lagos, lagunas e outros que também mereceriam enquadramento diferenciado, mesmo sabendo que os estudos para o enquadramento não seriam totalmente diferenciados do já colocados na proposta de resolução. O **Sr. Carlos Frederico (EPE)** disse não enxergar nos estudos colocados na proposta de resolução os necessários para o enquadramento dos futuros reservatórios. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou que no dia em que separaram as águas subterrâneas e águas superficiais acabaram dando abertura para demais separações, como seria o caso dos reservatórios nessa proposta de resolução. Passaram então para a leitura do texto e análise das propostas apresentadas. Ponderaram sobre art. 42 da Resolução CONAMA nº 357, quanto à solicitação de sua revogação, haja vista estar presente nessa resolução do CNRH que realmente seria o responsável pela determinação dos enquadramentos. Como houveram dúvidas quanto a questão, sugeriu-se que a CONJUR se manifestasse quando da publicação desta resolução, encaminhando conclusão para o CONAMA, a partir de Nota Técnica a ser elaborado pela CTPOAR. Os órgãos gestores presentes ratificaram que não abririam mão da determinação da classe 2. O intervalo de almoço aconteceu das 12h35 às 14h18. Ao retorno do almoço, foi dada continuidade a análise do item 6 da pauta, ocasião em que o **Sr. Cláudio Bedran (ONGs)** confirmou a proposta, de seu segmento, de excluir a determinação da classe 2, somente colocando estudos para alcançar tal classe, não colocando como uma regra pronta. Acordaram que trariam para a próxima reunião a definição sobre limites progressivos a serem expressos no ato de outorga e que verificariam a possibilidade do enquadramento ser colocado na reserva de disponibilidade hídrica, contudo já deixando sinalizada a dificuldade. Não houve consenso quanto a manutenção do § 2º do art. 16, que define a classe 2, sendo necessário o encaminhamento por votação, recebendo 13 votos favoráveis a manutenção e 4 contrários (ONGs, MME, ABRAGE e Indústrias). Acordaram que essa última versão seria encaminhada para a CTAS que enviaria sugestões quanto às águas subterrâneas, a ser analisada pela CTPOAR em sua próxima reunião. O **Sr. João**

**Clímaco (ONGs)** disse que o enquadramento seria um instrumento progressista que não serviria para legitimar a poluição deixada em um corpo de água. Aproveitou para registrar sua decepção e desapontamento quanto ao posicionamento da maioria dos membros da CTPOAR por acreditar que esse instrumento fosse constituído de um processo e não regulamentaria erros definindo a classe 2 para todos os corpos não enquadrados, assim questionou onde a gestão de recursos hídricos iria parar. [Item 7 – Assuntos Gerais e Encerramento](#). Acordaram como data para a próxima reunião os dias 05 e 06 de agosto, ocasião que observariam a necessidade de reuniões mais frequentes, devido ao número de assuntos em pauta. O **Sr. Maurício Lima (CERH/BA)** comentou sobre a mudança ocorrida no Governo da Bahia, com a criação do INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e Clima do Estado da Bahia. Disse que estariam preocupados com a outorga e fiscalização e tentando buscar o aprimoramento dos instrumentos de gestão, para tanto realizando um Seminário sobre gestão pública que também rediscutiria o modelo. Informou sobre o programa de monitoramento que geraria relatórios trimestrais sobre a qualidade das águas dos rios principais da Bahia. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** informou que nos dias 02 e 03 de julho seria realizado um Encontro Técnico onde estariam reunidos os 27 estados para discussão sobre critérios e procedimentos de outorga e cadastro, sendo que no primeiro dia seria um levantamento da situação atual e o segundo dia aconteceria discussões em grupo de trabalhos. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU/MMA)** falou sobre a existência de procedimentos para as análises quantitativas, contudo não havendo para as qualitativas, o que demonstraria a necessidade do CNRH estar tratando dessa temática, visando uma implementação mínima. A **Sra. Marília de Melo (CERH/MG)** informou sobre a 3ª Reunião do Fórum dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos a ser realizada nos dias 10 e 11/07, em Salvador, cujo tema seria fiscalização. Ressaltou a importância dessas reuniões e a efetivação da participação de todos os estados. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadores)** informou sobre a implantação de novos comitês de bacias no Estado do Paraná, com apoio e participação da diretoria de Meio Ambiente da SANEPAR, que sistematicamente estariam se reunindo para discussões temas relacionados aos comitês. Ressaltou a importância da companhia de saneamento estar participando dessa formação de comitês, bem como no preparo de seus servidores. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** informou sobre a realização do 1º Encontro Empresarial sobre as Águas de Goiás, no dia 03/07 em Goiânia. Quanto ao item 6 da pauta este recebeu como encaminhamento, sua discussão para próxima reunião e a construção de uma proposta de oficina para tratar do tema, cujas as sugestões de programação deveriam ser enviadas, por e-mail, até o dia 30/06, assim possibilitando que alguma apresentação pudesse ser consolidada para a próxima reunião. Foi esclarecido que a proposta dessa oficina já teria sido indicada pela CTAP e que um dos documentos que poderiam auxiliar na elaboração desse evento seria o Documento básico sobre a definição do conceito de vazão de referência - exposição de motivos, disponível no site. A **Sra. Leila Carvalho (CERH/SP)** encerrou a reunião às 16h00.

Ata aprovada na 65ª reunião, realizada nos dias 05 e 06 de agosto de 2008.

**Leila Carvalho Gomes**  
Presidente da CTPOAR

**Raquel Scalia Alves Ferreira**  
Relatora da CTPOAR